



COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

REQUERIMENTO DE CONVOCAÇÃO DE MINISTRO Nº , DE 2023
(Do Sr. Deputado **JUNIO AMARAL**)

Requer a convocação do Ministro da Casa Civil, Rui Costa, para prestar esclarecimentos a esta Comissão acerca das ações governamentais em torno de atos preventivos, de contenção e ulteriores às invasões do dia 8 de janeiro de 2023.

Requeiro a Vossa Excelência, com fundamento no art. 58, § 2º, III, da Constituição Federal, combinado com o art. 24, IV e 219, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que, ouvido o plenário da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, seja convocado o Ministro da Casa Civil, Rui Costa, para prestar esclarecimentos acerca das ações governamentais em torno de atos preventivos, de contenção e ulteriores às invasões do dia 8 de janeiro de 2023.

JUSTIFICAÇÃO

Com a posse do novo presidente da República, em janeiro de 2023, foram estabelecidos os novos ministérios e seus titulares, sendo que boa parte destes já acompanhavam o atual Chefe de Governo desde o período do gabinete de transição e a elaboração de seus relatórios.

Nesse contexto, a pasta do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República já tinha sua existência questionada



por determinadas alas do partido do atual presidente. Concomitantemente, antes mesmo de tomarem posse em seus cargos, o ministro-chefe do GSI, Gonçalves Dias, e o ministro da Defesa, José Múcio, também eram criticados pelos próprios partidários de Lula.

Essa desconfiança com o Gabinete de Segurança Institucional foi nitidamente percebida após a decisão de transferir para a Polícia Federal a responsabilidade de realizar a segurança pessoal do presidente da República, bem como, em outro ato de esvaziamento da pasta, o remanejamento da Agência Brasileira de Inteligência – Abin para a Casa Civil.

Ato contínuo, no dia 8 de janeiro, após uma abominável omissão e incompetência do Governo Federal, as invasões na Praça dos Três Poderes macularam a nossa democracia e, no âmbito interno do Poder Executivo, novos questionamentos foram suscitados diante da clara falta de coesão institucional entre os próprios ministérios.

Isso ficou comprovado com o vídeo divulgado recentemente pela imprensa, em que gravações mostram o próprio ministro-chefe do GSI dentro do Palácio do Planalto durante a invasão do dia 8 de janeiro, além de diversos atos completamente questionáveis de sua parte, bem como de outros agentes do Gabinete de Segurança Institucional. Também se percebe o mesmo com as imagens publicizadas que demonstram uma evidente discussão no Palácio do Planalto, no mesmo dia das invasões, entre o ministro da Justiça e Segurança Pública e o ministro da Defesa, num momento em que também estavam no Palácio do Planalto os ministros da Casa Civil e do GSI.

Inclusive, foi imposto sigilo a tais imagens da invasão do dia 8 de janeiro no Palácio do Planalto, o qual apenas foi alterado por decisão do ministro do Supremo Tribunal Federal, Alexandre de Moraes, no âmbito do Inquérito 4.923, resultado do impacto imensurável das imagens divulgadas pelo canal de notícias CNN em que demonstram o ex-ministro do GSI junto de invasores no dia 8 de janeiro.

Ainda, também se tornou público que há sindicâncias e procedimentos administrativos para apuração das omissões dos ministros e demais membros do Governo Federal na ocasião mencionada.



Por tais razões, o ex-ministro do GSI foi convidado para prestar esclarecimentos na Comissão de Segurança Pública da Câmara dos Deputados, mas faltou na data agendada, o que resultou na apresentação e aprovação de requerimento de convocação de minha autoria. Contudo, antes mesmo de retornar a Câmara dos Deputados para prestar esclarecimentos, houve a exoneração do então ministro Gonçalves Dias, o que levanta ainda mais suspeita e dúvidas sobre os acontecimentos do dia 8 de janeiro.

Ademais, conforme a Medida Provisória 1.154/2023 e o Decreto 11.329/2023, compete ao ministro da Casa Civil assistir diretamente o presidente da República no desempenho de suas atribuições e, especialmente: i) na coordenação e na integração das ações governamentais; ii) na coordenação e no acompanhamento das atividades dos Ministérios; e iii) no acompanhamento da ação governamental e do resultado da gestão dos administradores no âmbito dos órgãos integrantes da Presidência da República e da Vice-Presidência da República, além de outros órgãos determinados em legislação específica, por intermédio da fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial.

Ante o exposto e considerando as atribuições mencionadas e toda a incoerência nos discursos, informações e fatos envolvendo os demais ministérios do Governo Federal no que tange às invasões do dia 8 de janeiro, inclusive a exoneração do ministro-chefe do GSI e a vinculação da Abin à Casa Civil, se faz urgente e necessário que o ministro da Casa Civil preste esclarecimentos a esta Comissão de Fiscalização Financeira e Controle em virtude da omissão dos ministérios do Governo Federal nas invasões do dia 8 de janeiro, assim como as ações preventivas, de contenção e ulteriores aos acontecimentos mencionados, dentre outros aspectos afins, razão pela qual solicitamos o apoio aos deputados na aprovação do presente requerimento.

Sala das Comissões, em de de 2023





Deputado JUNIO AMARAL – PL/MG

